



Novembro/2009

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

### Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Serviço Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'S18', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 12 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos da tomada de decisões; contudo, provocou também a perda de identidades grupais que tinham sido essenciais nos séculos anteriores. A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa, ou família tradicional e poderosa, ou confraria, ou cidade, ficou esmagada pelo conceito de cidadania que homogeneiza todos os indivíduos. Novos recortes surgiram – partido político, condição econômica, seita religiosa etc. – mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal. O futebol inseriu-se exatamente nessa brecha aberta pela industrialização ao destruir os paradigmas anteriores.*

*O antropólogo inglês Desmond Morris vai mais adiante e propõe que se veja no mundo do futebol um mundo de tribos. Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela. É o que mostra no Brasil a prática de alguns serem sepultados em caixão com o símbolo do clube na tampa. [...] A atuação do torcedor no rito do futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras.*

*Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção. Tribo é grupo étnico com certo caráter territorial, o que não se aplica ao futebol, cujos torcedores são de diferentes origens e estão espalhados por vários locais. Tribo é sociedade sem Estado, e o futebol moderno desenvolve-se obviamente nos quadros de Estados nacionais. Talvez seja preferível falar em clã. Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima: clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva. Ainda que todo clube de futebol tenha origem concreta e mais ou menos bem documentada, com o tempo ela tende a ganhar ares de lenda, que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. É nessa lenda, enriquecida por feitos esportivos igualmente transformados em lenda, que todos os membros do clã orgulhosamente se reconhecem. [...] O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza. Em qualquer lugar, os membros do clã se reconhecem, dizia o grande sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, pelo nome, brasão e totem.*

(Hilário Franco Júnior. **A dança dos deuses**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 213-215)

1. De acordo com o texto,
  - (A) as características coletivas do futebol moderno podem prejudicar o reconhecimento de um território específico e particular, como o de um clube.
  - (B) o futebol moderno veio substituir, em grande parte, os laços pessoais de pertencimento a determinados grupos sociais.
  - (C) o esporte resultou das alterações nos regimes políticos surgidos ao longo do tempo em diversas sociedades.
  - (D) o conceito de cidadania sofreu evolução nem sempre favorável a certos grupos sociais, por descaracterizar suas normas tradicionais.
  - (E) a industrialização e a conseqüente urbanização apoderaram-se de modelos tradicionais de comportamento, especialmente nos esportes.

2. Considere as afirmativas seguintes:
  - I. Identifica-se no texto uma diferenciação nas características de certos grupos nas sociedades primitivas.
  - II. Especialistas divergem na classificação dos grupos de torcedores de futebol, a partir de seu comportamento.
  - III. Hábitos tradicionais resultantes de sociedades primitivas marcam o comportamento dos torcedores dos clubes de futebol.Está correto o que se afirma em
  - (A) I, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) I, II e III.

3. A afirmativa do antropólogo Marcel Mauss, reproduzida no final do texto,
  - (A) é empregada como embasamento para a preferência pelo termo clã como definição do agrupamento de torcedores dos clubes de futebol.
  - (B) torna pouco aceitável o termo tribo para identificar os grupos de torcedores, pois eles nem sempre reconhecem a verdade na história dos clubes.
  - (C) mostra que a identificação do torcedor com o nome do clube vem desde as primeiras tribos que se organizaram em territórios demarcados.
  - (D) busca justificar a constatação de que as atitudes dos torcedores modernos se aproximam dos ritos tribais, com cantos e gritos.
  - (E) possibilita desconsiderar a associação de grupos de torcedores a clãs devido à origem real e documentada, por trâmites legais, dos clubes de futebol.



4. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:
- (A) *A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa (...) ficou esmagada pelo conceito de cidadania...*
- (B) *Novos recortes surgiram (...), mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal.*
- (C) *Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela.*
- (D) *Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção.*
- (E) *O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza.*
- 
5. Está correta a transcrição, com outras palavras, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, da expressão:
- (A) *antes excluídos da tomada de decisões* (1º parágrafo) = afastados de início por atitudes autoritárias.
- (B) *a perda de identidades grupais* (1º parágrafo) = a identificação geral nos grupos.
- (C) *nessa brecha aberta pela industrialização* (1º parágrafo) = nos problemas trazidos pela indústria.
- (D) *grupo étnico com certo caráter territorial* (3º parágrafo) = presença de uma nacionalidade em espaço determinado.
- (E) *enriquecida por feitos esportivos* (3º parágrafo) = alimentada por ações de destaque no esporte.
- 
6. – *partido político, condição econômica, seita religiosa etc.* – (1º parágrafo)
- O segmento isolado pelos travessões denota, no texto,
- (A) transcrição exata de informações obtidas em outros autores.
- (B) redundância intencional, para valorizar a descaracterização grupal.
- (C) enumeração esclarecedora de uma expressão anterior.
- (D) realce de uma ideia central, com a pausa maior inserida no contexto.
- (E) ressalva importante, de sentido explicativo, ao desenvolvimento anterior.
- 
7. *O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos...* (início do texto)
- O mesmo tipo de complemento grifado acima NÃO ocorre APENAS em:
- (A) *da tomada de decisões.*
- (B) *a perda de identidades grupais.*
- (C) *pelo conceito de cidadania.*
- (D) *um mundo de tribos.*
- (E) *no conhecimento do torcedor comum.*
- 
8. ... *que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos.* (3º parágrafo)
- A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:
- (A) ... *que homogeneíza todos os indivíduos.*
- (B) ... *o sentimento tribal é muito forte ...*
- (C) ... *acompanha o indivíduo por toda vida ...*
- (D) ... *que (...) participam no rito das danças guerreiras.*
- (E) ... *e estão espalhados por vários locais.*
- 
9. *Clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva.* (3º parágrafo)
- Uma nova redação, clara e correta, na qual se mantém o sentido original da afirmativa acima está em:
- (A) O clã, como grupo ligado por misticismo e história, começa com alguém de vida comum, o ancestral escolhido por sua descendência.
- (B) Os descendentes de um ancestral comum formam o grupo que identifica como clã, que as características são permanentes e vivas.
- (C) A crença em um ancestral comum, de permanente memória, cuja vida adquire foros míticos mais do que históricos, é o que define o clã.
- (D) Mesmo que permaneça vivo na memória do grupo, o clã descende de um ancestral que, embora comum, se torna mais mítico do que histórico.
- (E) A memória dos componentes do clã partem de um ancestral comum, que permanece vivo na história e na mítica do grupo.
- 
10. *Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima ...* (3º parágrafo)
- O verbo cuja flexão é idêntica à do grifado acima está também grifado na frase:
- (A) Esperemos, todos, que nossos valorosos jogadores se consagrem campeões nesta temporada.
- (B) Sabemos agora que a decisão final do campeonato se transformará em uma grande festa.
- (C) Pretendemos, nós, torcedores, visitar as dependências do clube ainda antes das reformas.
- (D) Queremos que alguns dos troféus conquistados pelo clube fiquem expostos ao público.
- (E) Reconhecemos, embora constrangidos, que os jogadores não fizeram hoje uma boa partida.



11. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

- (A) São vários os animais que representam clubes, à maneira de totens, como demonstração das qualidades que é inerente a todos os seus membros.
- (B) O nome dos clubes de futebol devem ser significativos para a comunidade e costumam homenagear países, continentes e atividades profissionais.
- (C) O escudo dos clubes, usado na bandeira e na camisa dos jogadores, constitui o sinal de reconhecimento para o grupo social que se estabelece em seu entorno.
- (D) O orgulho de pertencer a um clube se estende a qualquer objetos relacionados a ele, como bandeiras, camisas, bonés, que os identifica.
- (E) No brasão de um clube ressalta as cores, impressa nos uniformes dos atletas, que vai desempenhar papel central na identidade comunitária.

12. *A localização do escudo no lado esquerdo da camisa não é casual.*

*O escudo do clube se localiza acima do coração do jogador.*

*É fato comum o jogador beijar o escudo da camisa após marcar um gol ou conquistar um título.*

As frases acima se organizam em um único período, com clareza, correção e lógica, em:

- (A) O escudo do clube que se localiza acima do coração do jogador, no lado esquerdo da camisa, não casual, tanto que é comum o jogador beijar o escudo, se marcar um gol ou vai conquistar um título.
- (B) Sendo comum o jogador beijar o escudo da camisa conquanto marque um gol ou na conquista de um título, sua localização no lado esquerdo da camisa não é casual, acima do coração do mesmo.
- (C) A localização do escudo do clube é no lado esquerdo da camisa, acima do coração do jogador, e não por acaso que é fato comum o jogador beijar o escudo da camisa após marcar um gol ou conquistar um título.
- (D) É fato comum o jogador beijar o escudo do clube, que se localiza não casualmente no lado esquerdo da camisa, bem acima do seu coração, após marcar um gol ou conquistar um título.
- (E) Localizado o escudo no lado esquerdo da camisa, o que não é casual e bem acima do coração do jogador, sendo comum o mesmo beijar o escudo da camisa depois que marcar um gol ou conquistar um título.

### Noções de Direito Constitucional

13. Considere:

- I. Atos do Congresso Nacional destinados ao tratamento de matérias de sua competência exclusiva, para as quais a Constituição dispensa a sanção presidencial, disciplinando, de regra, matéria externa aos órgãos do Poder Legislativo.
- II. Espécie normativa que disciplina matéria especialmente reservada pelo texto constitucional e exige maioria absoluta para a sua aprovação.

Esses atos normativos, dizem respeito, respectivamente,

- (A) à resolução e à emenda constitucional.
- (B) à resolução e à lei ordinária.
- (C) à lei delegada e ao decreto legislativo.
- (D) ao decreto legislativo e à emenda constitucional.
- (E) ao decreto legislativo e à lei complementar.

14. Em relação à Justiça do Trabalho, é certo que

- (A) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho exerce, dentre outras funções, a supervisão orçamentária, como órgão central do sistema e com decisões de efeito vinculante, e funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, indicados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- (C) as Escolas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho funcionarão junto aos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho, cuja direção será supervisionada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) o quinto constitucional, formado por juízes do Trabalho, advogados que atuam na área trabalhista e membros do Ministério Público do Trabalho, é próprio dos Tribunais Regionais do Trabalho, não sendo aplicável ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de no mínimo onze juízes, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho.



15. Tendo em vista os direitos individuais e coletivos, considere as assertivas abaixo:

- I. O princípio da igualdade veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo, de sexo, de profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras.
- II. Não se pode cogitar de ofensa ao princípio da igualdade quando as discriminações são previstas no próprio texto constitucional.
- III. O princípio constitucional da isonomia não autoriza o Poder Judiciário a estender vantagens concedidas a um grupo determinado de indivíduos a outros grupos não contemplados pela lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

#### Noções de Direito Administrativo

16. A prática de atos administrativos, balizando-se pelo princípio da legalidade a que se encontra submetida a Administração Pública, traz como consequência a

- (A) submissão da Administração à lei, sem importar, contudo, a supressão do juízo de conveniência e oportunidade para a prática de atos discricionários.
- (B) impossibilidade de praticar atos discricionários que não decorram de autorização legal específica.
- (C) competência irrestrita do Poder Legislativo para dispor sobre matérias de competência do Poder Executivo.
- (D) possibilidade de praticar quaisquer atos, inclusive de disposição de bens, que não contem com proibição legal expressa.
- (E) necessidade de prévia aprovação legislativa para a celebração de contratos administrativos.

17. De acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o dever da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários

- (A) pode ser exercido a qualquer tempo, não se operando a decadência.
- (B) decai em cinco anos, contados da intimação do interessado, salvo comprovada má-fé.
- (C) decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (D) decai em 10 anos, contados da prática do ato, ou em cinco anos contados da intimação do interessado, o que ocorrer primeiro, salvo comprovada má-fé.
- (E) pode ser exercido a qualquer tempo, desde que respeitados os direitos patrimoniais já adquiridos pelos destinatários.

18. De acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo

- (A) os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo, em relação a direitos individuais, e, em se tratando de direitos difusos, aqueles direta ou indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- (B) apenas os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo.
- (C) as associações, no tocante a direitos individuais e interesses coletivos.
- (D) apenas os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo e, em relação a interesses difusos e coletivos, o Ministério Público.
- (E) os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo, bem como aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.

#### Regimento Interno do TRT da 3ª Região

Atenção: As questões de números 19 a 20 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

19. Considere:

- I. Posse.
- II. Idade.
- III. Tempo de serviço na magistratura do Trabalho na 3ª Região.
- IV. Tempo de serviço público.
- V. Classificação no concurso.
- VI. Data da publicação do ato de nomeação ou de promoção.

A antiguidade dos Magistrados será determinada, sucessivamente, pelas condições constantes em

- (A) I, II, V, IV, VI e III.
- (B) I, VI, III, V, IV e II.
- (C) II, V, VI, I, IV e III.
- (D) I, II, III, V, IV e VI.
- (E) V, II, I, IV, III e VI.

20. Julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra os atos do Presidente e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra atos praticados pelos membros de Comissão de Concurso são de competência do

- (A) Tribunal Pleno e do Órgão Especial, respectivamente.
- (B) Órgão Especial e do Tribunal Pleno, respectivamente.
- (C) Órgão Especial, exclusivamente.
- (D) Tribunal Pleno, exclusivamente.
- (E) Órgão Especial e da Corregedoria, respectivamente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propõe políticas sociais descentralizadas, em grande parte, sob responsabilidade dos municípios. Nesta perspectiva, a municipalização deve ser entendida como
- (A) medida de proteção que envolve encaminhamento aos serviços sociais.
  - (B) espaço diferenciado para o exercício do controle social.
  - (C) estratégia para facilitar a participação da sociedade no controle das políticas sociais.
  - (D) procedimento a ser executado pelas entidades governamentais, não-governamentais, pais ou responsável.
  - (E) concentração das responsabilidades dos governos federal e estadual em relação às políticas públicas.
22. Segundo o artigo 124 do ECA, é direito do adolescente privado de liberdade, dentre outros:
- (A) entrevistar-se somente acompanhado com o representante do Ministério Público.
  - (B) receber escolarização e profissionalização.
  - (C) avistar-se somente acompanhado com seu defensor.
  - (D) permanecer internado em local distante do domicílio de seus pais.
  - (E) receber visitas somente uma vez por mês.
23. É (são) direito (s) do Assistente Social nas relações com as instituições empregadoras e outras, segundo o Código de Ética do Assistente Social, em seu artigo 7º,
- (A) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, por meio de programas e políticas sociais.
  - (B) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
  - (C) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.
  - (D) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho profissional, tanto no que se refere a avaliação da conduta profissional, quanto em relação às decisões referentes às políticas institucionais.
  - (E) empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.
24. Conforme o disposto na PNAS-Política Nacional de Assistência Social, cabe à assistência social, enquanto política pública,
- (A) proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional.
  - (B) proteção social, acompanhamento e defesa social e institucional.
  - (C) atendimento, acolhimento e acompanhamento social.
  - (D) defesa social e institucional, autonomia e emancipação social.
  - (E) vigilância socioassistencial, avaliação e monitoramento.
25. Estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS, a execução de ações de
- (A) incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento social e educacional.
  - (B) formação de recursos humanos na área social.
  - (C) controle e fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse social.
  - (D) fiscalização e inspeção de alimentos para consumo animal.
  - (E) assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
26. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96, artigo 59, assegura aos educandos com necessidades especiais
- (A) professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento generalizado, integrando os educandos nas classes especiais.
  - (B) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam parcialmente às suas necessidades.
  - (C) terminalidade específica para aqueles que puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.
  - (D) acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular.
  - (E) educação especial para a sociedade, visando a efetiva integração desse educandos, e condições adequadas para os que revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo.
27. A Lei nº 10.216, que trata da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, dispõe que a internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico caracterizando seus motivos. Dentre os tipos de internação psiquiátrica está a
- (A) determinada pelo representante legal do paciente.
  - (B) voluntária, e a pedido de terceiros.
  - (C) involuntária, autorizada por técnico do estabelecimento.
  - (D) facultativa, com o consentimento do médico psiquiatra.
  - (E) compulsória, determinada pela Justiça.
28. A Lei nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.238/99, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Ela estabelece que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência. Quando da realização de provas, o aluno poderá solicitar, conforme característica da deficiência,
- (A) tempo adicional para realização das provas.
  - (B) tempo limitado e cronometrado devido à deficiência.
  - (C) prazo mais extenso, garantindo a habilitação profissional.
  - (D) prazo superior ao regular para sua manutenção no processo educacional.
  - (E) tempo ilimitado para a realização das provas, devido à deficiência.



29. Conforme o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01, artigo 41, o plano diretor aprovado por lei municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O plano diretor é obrigatório para cidades
- (A) com mais de dez mil habitantes.  
 (B) integrantes de áreas de especial interesse turístico.  
 (C) integrantes de regiões rurais e aglomerações regionais.  
 (D) inseridas na área de influência social.  
 (E) inseridas na área de influência, mas sem significativo impacto ambiental.
- 
30. A Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, proíbe a aplicação de pena (artigo 17) de
- (A) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência.  
 (B) prisão preventiva, decretada pelo juiz de ofício a requerimento do Ministério Público.  
 (C) cesta básica e a substituição de pena que implique pagamento isolado de multa.  
 (D) suspensão de porte de armas, com comunicação ao órgão competente.  
 (E) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
- 
31. Os conselhos de Assistência Social: Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, são instâncias de
- (A) discussão.  
 (B) pactuação.  
 (C) articulação.  
 (D) proposição.  
 (E) deliberação.
- 
32. O Serviço Social nas empresas mantém-se reconhecido como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle da força de trabalho, intervindo sobre a vida do trabalhador, por meio dos serviços sociais. A sua função técnica na empresa é
- (A) executar programas assistenciais, por meio de ações educativas.  
 (B) desenvolver projetos educativos na área de produção.  
 (C) planejar e executar programas tecnológicos.  
 (D) executar programas sociais para a gerência.  
 (E) implementar projetos sociais para os trabalhadores estáveis.
- 
33. O laudo social é um documento que expressa a elaboração conclusiva do estudo social e seus resultados devem ser apresentados de forma enxuta, precisa e clara. O laudo pode constituir um meio de prova, enquanto declaração técnica, o que coloca em destaque
- (A) um exame de situações sociais, com a finalidade de emitir um parecer sobre a prova.  
 (B) a responsabilidade ético-profissional dos agentes signatários.  
 (C) o discurso competente, permitido e autorizado pela burocracia da organização.  
 (D) a função de um conciliador como parte de uma equipe interprofissional.  
 (E) uma identidade entre seus signatários, levando à diluição das particularidades profissionais.
- 
34. A mediação, ao fazer com que os participantes do processo encarem seus conflitos de forma madura e consciente, torna-se um instrumento amplamente democrático. A mediação tem como objetivo
- (A) decidir pelos envolvidos.  
 (B) direcionar a negociação entre as partes.  
 (C) aconselhar as pessoas envolvidas.  
 (D) fazer com que as pessoas sejam as próprias autoras das soluções.  
 (E) fazer uma intervenção social.
- 
35. O trabalho dos assistentes sociais que atuam junto à seção técnica de reavaliação funcional e seção técnica de treinamento e desenvolvimento, é
- (A) orientar, preparar e acompanhar funcionários quando da readaptação.  
 (B) realizar estudos de casos com os servidores que estão afastados por motivo da aposentadoria.  
 (C) promover estudo, planejamento e intervenção sobre as condições habitacionais do servidor.  
 (D) avaliar a situação socioeconômica do servidor, tendo em vista o direito ao benefício creche-escola.  
 (E) promover estudo nos casos de servidores com dificuldades no desempenho de suas atribuições.
- 
36. As estratégias, objetivos e diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária estão fundamentados
- (A) no encaminhamento para o processo de adoção.  
 (B) nas ações concretas e articuladas de responsabilidades do município.  
 (C) no encaminhamento para instituições de acolhimento.  
 (D) no retorno ao convívio com a família substituta.  
 (E) na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares.
- 
37. A rede de compromisso social é aquela que se tece com a mobilização de pessoas físicas e/ou jurídicas, a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento social. Neste sentido, as redes de compromisso social visam a
- (A) complementar a ação do Estado para a potencialização dos parceiros face ao mercado, que podem oscilar entre cooperação e competição.  
 (B) suprir a ausência do Estado, equacionando a função da produção e a apropriação de bens e serviços.  
 (C) complementar a ação do Estado no equacionamento de problemas sociais complexos, que põem em risco o equilíbrio social.  
 (D) equacionar as relações de parcerias das redes de mercado que tendem a ser de subordinação e tutela.  
 (E) demandar estratégias de organização eventual às parcerias envolvidas nos projetos sociais.



38. O terceiro setor distingue-se do primeiro, que é o setor público, e do segundo, representado pelas atividades lucrativas. O terceiro setor é um campo marcado por uma diversidade de atores e formas de organização. Neste sentido, podemos afirmar que o terceiro setor
- (A) é uma esfera pública não-estatal sem a iniciativa privada.
- (B) tem o mérito de romper a dicotomia entre público e privado.
- (C) é uma esfera pública estatal e de iniciativas privadas.
- (D) é um espaço de participação e experimentação de um pensar e agir sobre a realidade social.
- (E) tem caráter autônomo, e não se submete à lógica do mercado e à governamental.
39. O projeto é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de um conjunto de ações. Um roteiro para elaboração de projetos é definido de acordo com
- (A) a formulação explícita das funções efetivamente atribuídas aos gestores ligados ao programa.
- (B) as necessidades e exigências do órgão de execução e/ou financiador.
- (C) a estratégia e a dinâmica de trabalho a serem adotadas para a realização do programa.
- (D) a explicitação das medidas administrativas necessárias para sua implantação.
- (E) a síntese de informações sobre a situação a ser modificada com a programação.
40. No campo das atribuições privativas, o assistente social desenvolve a assessoria
- (A) na matéria de serviço social.
- (B) no campo do conhecimento coletivo.
- (C) na luta sindical.
- (D) nos movimentos sociais.
- (E) na formulação de políticas sociais.
41. O Estatuto do Idoso, em referência ao disposto na Lei nº 10.741/03,
- (A) destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- (B) autoriza a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- (C) faculta a cobrança de participação do idoso no custeio de entidades filantrópicas ou casa-lar, sendo estas obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com o mesmo.
- (D) garante prioridade de asilamento ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante.
- (E) dispõe o acolhimento de idoso em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, não caracteriza a dependência econômica do mesmo, para os efeitos legais.
42. Os capitais financeiros e as chamadas multinacionais condicionam seus empréstimos e seus investimentos produtivos aos ajustes políticos e institucionais dos Estados nacionais. Assim, os Estados nacionais vêm sendo pressionados a aceitar as exigências da globalização, que são essenciais ao desenvolvimento do capitalismo mundial. Destaca-se dentre essas exigências a
- (A) regulamentação da entrada e saída de capitais dos países.
- (B) regulação das relações de trabalho, proporcionando o pleno emprego, respaldado na prosperidade econômica e na segurança da renda.
- (C) universalização dos serviços sociais, visando atingir a todos indistintamente, de forma incondicional.
- (D) aquisição de autonomia por parte dos cidadãos, ou seja, a possibilidade de suprirem suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais.
- (E) redução dos gastos públicos, portanto, de serviços públicos.
43. Em relação à multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são movimentos sociais, considere:
- I. A análise dos movimentos sociais oferece uma chave teórica e metodológica que pode ser aplicada para além do campo empírico das ações coletivas.
- II. Os movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas propositivas que, vitoriosas ou fracassadas, resultam em transformações nos valores e instituições da sociedade.
- III. A análise sobre os movimentos sociais não pode ser separada da análise de classe social e pode resumir os movimentos a algo determinado pelas classes.
- IV. O movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer, por meio de um conjunto de práticas sociais, e um pensar, por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação.
- V. Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) III, IV e V.
44. É correto afirmar que a finalidade última da pesquisa qualitativa é
- (A) definir um procedimento operativo para compreensão de uma dada realidade.
- (B) dialogar pela via disciplinar e assim melhorar o padrão da qualidade de ação profissional.
- (C) dar retorno ao grupo pesquisado sobre o resultado da mesma.
- (D) conhecer a experiência do grupo pesquisado e os significados que atribuem a esta experiência.
- (E) trabalhar a partir de um distanciamento relativo dos sujeitos pesquisados.





45. Em referência ao trabalho do Serviço Social e seu projeto de intervenção, é correto afirmar que o processo de elaboração de um projeto é
- uma formulação que conjuga o conhecimento e a ação, voltada para o enfrentamento de questões que requerem respostas técnicas e políticas, guiadas por uma ética de neutralidade.
  - uma sistematização da realidade, considerando as interpretações dos vários atores envolvidos, além dos recursos institucionais existentes, prevalecendo sempre a relação custo-benefício.
  - um campo próprio de trabalho do assistente social, no qual a administração e a execução de ações vinculadas às políticas sociais são mediação fundamental e privativa da categoria.
  - uma mediação entre a realidade vivida pelo usuário e a interpretação dada pela instituição, avaliada e abalizada pelos valores subjetivos dos profissionais envolvidos.
  - um exercício de conhecimento e sistematização da realidade, bem como a sistematização do conjunto das ações profissionais a serem realizadas.
46. A busca da interdisciplinaridade, além de ser um empreendimento de ordem filosófica, científica e educativa, corresponde também a um desafio, por se constituir num ato político de extrema relevância para a consecução do projeto de formação profissional do assistente social. Com base nisso é INCORRETO dizer que
- a unidade do saber é reconhecida por alguns autores como expressão natural do conhecimento em sua gênese e finalidade.
  - para se constituir, a perspectiva interdisciplinar opera uma eliminação das diferenças.
  - a busca de uma atitude interdisciplinar deve ser precedida de uma reavaliação do papel da ciência e do saber em suas relações com o poder.
  - a atitude interdisciplinar exige a superação da preconceituosa afirmação de incompatibilidade entre a ciência e a filosofia.
  - a conceituação de interdisciplinaridade refere-se a uma vinculação, uma reciprocidade, uma interação, uma comunidade de sentido ou uma complementaridade entre as várias disciplinas.
47. Construir uma nova prática social e consolidá-la, quando existente, exige dos assistentes sociais que aprendam a visualizá-la a partir de uma perspectiva histórica, reconhecendo-a como
- de particularidade, diversidade e dialética.
  - ontológica, teleológica e pragmática.
  - de expressão do saber, prática educativa e prática política.
  - atividade normatizada, prática burocrática e de produção quantitativa.
  - de superação de endogenias, prática crítica e contraditória.
48. A vida cotidiana é insuprimível, ou seja, não há sociedade, nem homem, sem vida cotidiana. No entanto, em cada sociedade a cotidianidade é vivida diferentemente em seus hábitos, ritmos, regularidades, não se descolando da história, da qual é um dos níveis constitutivos, de forma que
- o homem nunca se eleva acima da cotidianidade para penetrar na esfera do humano-genérico.
  - a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais.
  - a alienação é consequência rara no desenvolvimento dos indivíduos.
  - a mudança da instituição política e do ordenamento econômico bastam para transformar a vida diária.
  - o mundo da heterogeneidade não é configurado pelo movimento dos fenômenos e processos.
49. O lócus onde a prática profissional dos assistentes sociais, sob vínculo empregatício e assalariado, ocorre predominantemente é o das instituições. Com base nisso, considere:
- Nas instituições, o assistente social se depara com atividades normatizadas, técnico-burocráticas, onde, via de regra, a preocupação está mais voltada para a produção quantitativa, de aparência imediata, do que para resultados qualitativos e duradouros.
  - As instituições têm o monopólio do objeto e dos recursos institucionais e definem o significado objetivo do papel do profissional e a expectativa que existe com relação a ele.
  - É o modo particular, subjetivo, como o profissional elabora a sua situação na instituição, estabelecendo sua própria ordem de relevâncias, que vai dar o sentido do seu trabalho.
- Está correto o que se afirma em
- I, II e III.
  - I e II, apenas.
  - I e III, apenas.
  - II e III, apenas.
  - III, apenas.
50. Um dos pressupostos que fundamentam o uso de metodologias qualitativas de pesquisa é
- a ênfase no número de pessoas que vai prestar a informação.
  - o diálogo crítico e criativo com a realidade.
  - a necessidade de interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.
  - o modelo experimental e investigativo.
  - o reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito.
51. Conforme art. 16 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, as instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são o
- Ministério do Bem-Estar Social, o Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Estaduais de Assistência Social e os Conselhos Municipais de Assistência Social.
  - Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho Intergestor Tripartite, os Conselhos Estaduais de Assistência Social e os Conselhos Municipais de Assistência Social.
  - Conselho Nacional de Assistência Social, o Fundo Nacional de Assistência Social, o Conselho Intergestor Bipartite e os Conselhos Municipais de Assistência Social.
  - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Secretaria Nacional de Assistência Social, o Conselho Nacional de Assistência Social e os Conselhos Municipais.
  - Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Estaduais de Assistência Social, o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e os Conselhos Municipais de Assistência Social.



52. Conforme o art. 2º, parágrafo único, da LOAS, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à
- (A) equidade social.
- (B) universalização dos direitos sociais.
- (C) justiça social.
- (D) emancipação social.
- (E) potencialização dos usuários dos serviços.
- 
53. Em referência aos princípios que o benefício eventual deve atender, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é correto afirmar como necessária a
- (A) adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a vinculação de contrapartidas.
- (B) implantação de critérios técnicos rígidos para a concessão desse benefício, considerando a limitação dos recursos para a liberação do mesmo.
- (C) desvinculação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania.
- (D) garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.
- (E) utilização de avaliações subjetivas para inclusão dos usuários necessitados desse benefício.
- 
54. A nova concepção de assistência social como direito à proteção social e direito à seguridade social tem um duplo efeito: suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e desenvolver capacidades para maior autonomia. Mediante essa nova concepção, é correto afirmar que a
- (A) situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, a família.
- (B) proteção social exige a capacidade de maior distanciamento possível do cotidiano da vida das pessoas.
- (C) assistência social, enquanto política pública, é aliada ao desenvolvimento humano e social, assumindo diretrizes de controle, monitoramento e avaliação da vida da população atendida.
- (D) construção da assistência social, enquanto política pública, perpassa pela mudança na leitura da realidade feita pelos assistentes sociais.
- (E) capacidade de mudança ou transformação da realidade vivida pela população atendida pela política pública de assistência social depende exclusivamente do desenvolvimento das potencialidades da mesma.
- 
55. A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, com a LOAS e com as legislações complementares a ela aplicáveis. Seu conteúdo e sua regulação são sustentados
- (A) pela sociedade civil.
- (B) pelo governo.
- (C) pelo pacto federativo.
- (D) pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
- (E) pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- 
56. Na atualidade, há várias maneiras de se trabalhar com famílias, haja vista sua heterogeneidade e complexidade. Levando em conta o trabalho com famílias, considere:
- I. Deve-se sempre pensar na nossa família, para que possamos atender outras famílias.
- II. As famílias são espaços de convívio e de confronto entre gêneros e gerações.
- III. As famílias podem ou não ser um lugar seguro para se crescer, isso em todos os segmentos sociais.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.
- 
57. As ações e serviços de saúde executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis de complexidade crescente. No nível municipal, o SUS poderá organizar-se em distritos para
- (A) criar comissões permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino médio.
- (B) articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas compreendidas no âmbito do SUS.
- (C) integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.
- (D) propor prioridades, métodos e estratégias para a formação de recursos sociais do SUS.
- (E) desenvolver em conjunto ações e serviços socioassistenciais.



58. As mudanças sociais penetram no âmago das relações familiares, provocando inclusive alterações nas leis, mas ainda assim, no bojo da sociedade, de um modo geral, as famílias dos grupos populares tendem a ser
- (A) potencializadas e reconhecidas.
  - (B) compreendidas e acolhidas.
  - (C) aceitas e respeitadas.
  - (D) estigmatizadas e culpabilizadas.
  - (E) compreendidas e tuteladas.

59. No contexto socioeconômico brasileiro, no qual as influências do neoliberalismo estão em curso, a tendência frente à seguridade social é de
- (A) redução de direitos e limitação das possibilidades preventivas e redistributivas das políticas sociais.
  - (B) ampliação dos direitos sociais e individuais e, consequentemente, de acesso às políticas públicas sociais.
  - (C) investimento no controle da questão social, por meio dos programas de transferência de renda.
  - (D) investimento na reestruturação produtiva e nas políticas regressivas.
  - (E) assistencialização e ampliação de direitos sociais.

60. A seguridade social ocupa um importante lugar teórico, político e prático, no campo profissional do assistente social. Assim, tratar desse tema implica trazer à tona as principais tendências e contradições que operam nesse campo fundamental da intervenção e da reflexão profissionais, buscando apontar limites e possibilidades, continuidades e inovações. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) a seguridade social deve ser compreendida como oportunidade conquistada num dado momento político, sendo um terreno que requer dos profissionais posturas conciliatórias e operativas.
  - (B) as linhas mestras do projeto profissional no que refere à seguridade social estão consolidadas num documento aprovado pelo Conjunto CFESS/CRES em 2000, denominado Carta de Maceió.
  - (C) o Congresso da Virada foi o momento em que os profissionais tomaram um posicionamento crítico e político frente à seguridade social.
  - (D) a questão da participação e do controle social é de fundamental importância para que se reconheça a seguridade social enquanto instrumento de regulação burocrática.
  - (E) a abertura do debate com a sociedade para rever profundamente a missão do Conselho Nacional de Assistência Social é de fundamental importância para a seguridade social.